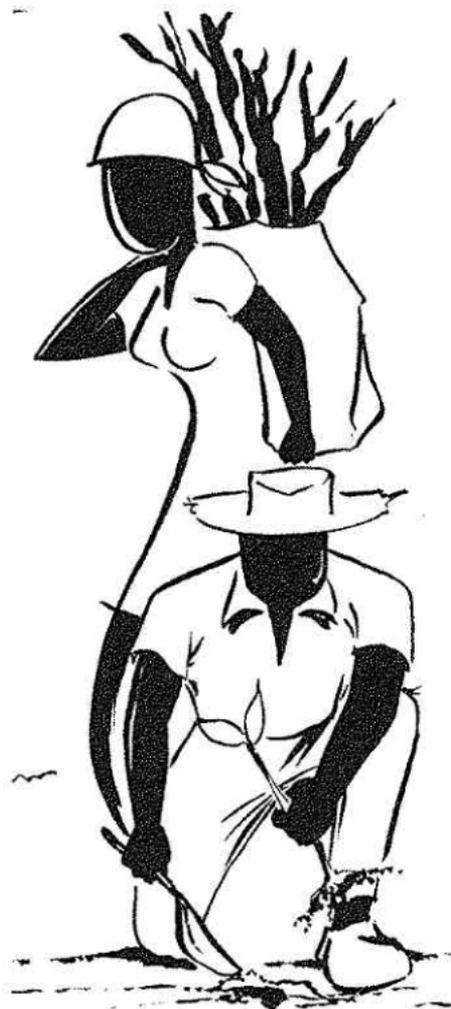


1º ENCONTRO NACIONAL DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

*17 a 20 de Novembro de 1995
Brasília - DF*



Terra, Produção e Cidadania para os Quilombolas
300 ANOS DE ZUMBI

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____ / _____ / _____
cod. 030 000 41

RELATÓRIO
1º ENCONTRO NACIONAL DE
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

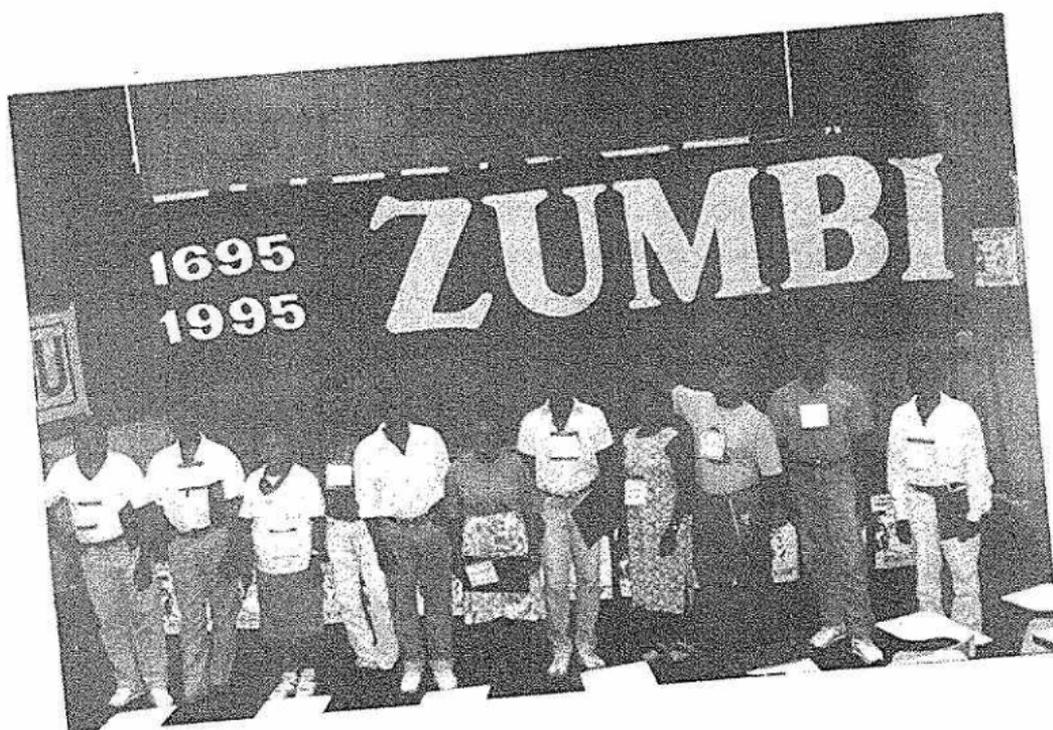
TEMA:
TERRA, PRODUÇÃO E CIDADANIA
PARA OS QUILOMBOLAS

17 A 20 DE NOVEMBRO DE 1995
BRASÍLIA - DF

Apresentação

O 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado no período de 17 a 20 de novembro de 1995, em Brasília-DF, foi um momento muito importante para o conhecimento dos problemas e experiências de luta das comunidades negras rurais ou das chamadas terras de preto, no momento em que se comemorava os 300 anos de ZUMBI DOS PALMARES, o grande héroi da história dos quilombos do passado e a grande referência para a luta dos quilombos do presente.

Estas Comunidades Negras Rurais por força da identidade étnica organizaram-se no meio rural de forma particular. Mantêm uma relação harmoniosa com a natureza, formas coletivas no uso comum de suas terras e na produção agrícola. A preservação da cultura negra e a religião afro-brasileira são também características marcantes entre a população negra da zona rural.



Objetivo

Durante muitos anos, a história de ZUMBI E DO QUILOMBO DE PALMARES não mereceu nem citação nos livros da história oficial. Mas a luta pela liberdade, a resistência de um povo subjugado não se apaga facilmente. A história de ZUMBI E DE PALMARES continuou viva ao longo desses três séculos e se hoje ganha não só as páginas, mas as comemorações oficiais, é graças à obstinação e a perseverança dos que, como ZUMBI, nunca se renderam.

1995 ano, que se comemora a nível nacional a celebração dos 300 anos da imortalidade de ZUMBI, líder maior do Quilombo de Palmares e o grande herói da história Afro-brasileira, a existência e os direitos de centenas de comunidade negras descendentes dos Quilombos, localizada nas mais diversas regiões do país, continuam sendo negados. Apesar de ter garantido o seu reconhecimento na Constituição Federal, através do Art. 68 das Disposições Transitórias as comunidades negras rurais quilombadas receberam o título definitivo de propriedade de suas terras, onde vivem a séculos. Ao realizarmos este I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, estamos dando mais um passo no sentido de nossa organização e de exigimos que, de fato, se cumpra a lei.

I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais

17 a 20 de novembro de 1995
Brasília-DF

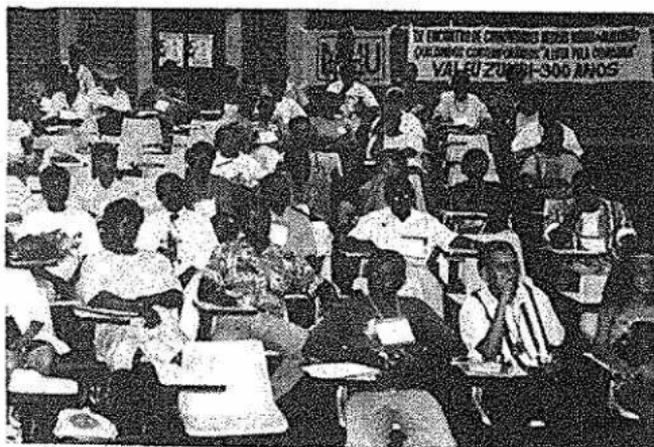
Abertura

17/11 as 14:30 h

A abertura oficial do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais foi presidida pelo Sr. Ivo Fonseca, da Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses. A mesa foi composta por representantes da Coordenação Nacional do evento:

- Comunidade Negra Rio das Rãs/BA
- Comunidade Negra de Frechal/MA
- Comunidade Negra Kalunga/GO
- Comunidade Negra Furnas de Dionísio/MS
- Comunidade Negra Furnas da Boa Sorte/MS
- Centro de Cultura Negra/MA
- Movimento Negro Unificado
- Grupo Trabalho e Estudos Zumbi - MS

Foi feita uma saudação aos 300 anos de Zumbi dos Palmares pelo companheiro Hamilton Borges/MNU



Ivan Costa - CCN/MA

O representante do CCN falou da importância do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais neste ano em que se comemora aos 300 anos de imortalidade de Zumbi, dando ênfase para os quilombos atuais e a importância para a luta do Quilombo de Palmares e o heroísmo de Zumbi.

Simplicio Arcanjo - Rio das Rãs/BA

Eu quero pedir aos companheiros das comunidades que pensem bem sobre o que a gente tá reivindicando. Um documento e de uma forma coletiva, que é meu sonho.

Nilton F. da Silva - Furnas do Dionísio/MS

A luta é cumprida. Precisamos unir forças para adquirir nossos direitos.

Manoel Eldeltrudes Moreira - Kalunga/GO

Nossa primeira necessidade é que afasta os grileiros da terra. Porque como foi contado por nosso tataravô no começo não existia nenhum fazendeiro. Ninguém deu, ninguém vendeu e hoje eles são a maioria e tem Kalunga sem terra pra morar. Isto é falta de cuidado das autoridades.

Temos que ter o direito da cidadania igual ao do branco.

Sionei Ricardo Leão de Araújo - Grupo TEZ/MS

A organização deste encontro surgiu da união das comunidades e do apoio do Movimento negro. Este evento é a maior homenagem ao "negro rural" que não é reconhecido pela sociedade.

Iêddo Ferreira - MNU / RJ

A nossa luta tem que ser para todos os descendentes de negros escravizados no Brasil.

Luta pela garantia da terra e pelas condições para que o negro no meio rural receba a titulação e possa se realizar economicamente.

Ben Hur - Dep. Estadual/MS

O acesso à terra neste país foi dificultado para impedir nossa cidadania. Então quando vejo diversas comunidades discutindo sua cidadania, a terra, a produção, percebo que Zumbi deve estar orgulhoso de seus filhos. Que sua figura continue nos incentivando.

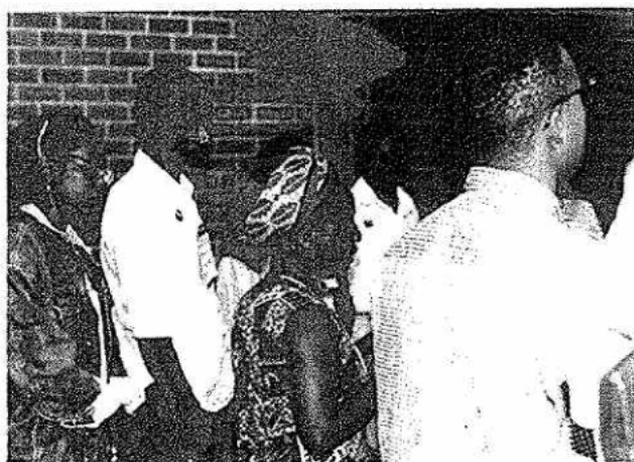
Valdina Oliveira Pinto (Terreiro Tanuir Juncara/BA)

Nós, negros preservamos a vida. Nós negros usamos a terra com a intenção de vida. Nós negros tiramos da terra a vida, a energia, a resistência.

Eu invoco o poder de Inzambie, de Kalunga (na língua bantu quer dizer o ser supremo, completo) e dos báculos (ancestrais) para nos proteger nestes três dias.

Ivo Fonseca - Frechal/MA

"Nos estamos agora com toda energia para começar o encontro."



18/11 às 17:00 h

**TEMA:
 LEGALIZAÇÃO DAS
 TERRAS DE QUILOMBO**
 Coord. Carlos Porto/TEZ-MS

Contamos com a participação da Dra. Vera - INCRA, Dr. Aurélio - Procuradoria da República, Valdélrio Santos Silva - Movimento Negro Unificado, Ivan Costa - SMDDH's CCN/MA - Lúcia Andrade - Comissão Pró-Índio/SP

**Expositor:
 Dra. Vera/Inkra/Nacional**

No dia 24 de novembro de 1995, o INCRA estará titulando a comunidade de Boa Vista no Pará, beneficiando 112 famílias. Isto representa o resultado da luta de todos vocês. O INCRA queria fazer a titulação indivi-

vindicaram que queriam o título coletivo, para o seu melhor desempenho.

Sobre o problema de Rio das Rãs, estamos tentando fazer a desapropriação do grileiro que está na área e entregá-la a comunidade, mas isso está um pouco difícil mais chegaremos lá.

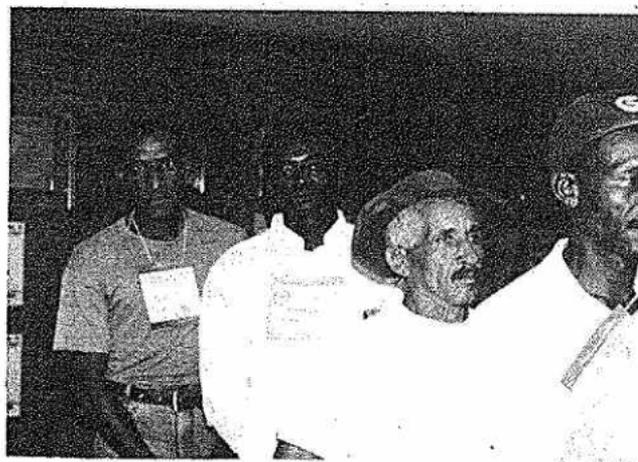
Expositor **Dr. Aurélio-Procuradoria** **Geral da República** **Brasília/DF**

Em relação à legalização das terras de quilombo o Art. 68 não diz como receber a titulação das terras, como adquirir essas terras. Trata-se de uma negociação permanente, pode ser que no futuro possa se resolver estas questões.

OBS: Alguns questionamentos levantados pelo procurador, referentes ao art. 68º.

1. Quais são essas comunidades rurais e urbanas que podem provar que são remanescentes de quilombos, e como se faz isso? Raça: Questão étnica se estabelece em situações complicadas.
2. O artigo 68 tem uma situação especial diferente e dá ao estado a obrigação de resolver sobre a titulação das terras. Como se faz isso?
3. Para serem reconhecidas o governo tem que dar um parecer favorável ou não, sobre as áreas de quilombos.
4. A dificuldade não está propriamente na demarcação das terras.
5. De que modo os dois projetos que estão dentro do Congresso podem ser reconhecidos.
6. A questão é quem vai identificar essas comunidades o INCRA ou a Fundação Cultural Palmares?

7. Quem dentro do estado reconhece essas comunidades negras o Governo Federal ou o Governo Estadual?



Debatedor: **Ivan Costa/Projeto Vida de** **Negro-SMDDH e CCM/MA**

No Maranhão as comunidades negras são contra as demarcações de terra dividida em lotes, a melhor maneira para se trabalhar é que essas demarcações fossem feitas a nível coletivo. A tendência do INCRA é dividir as comunidades em lotes, é muito complicado para as comunidades negras rurais.

O INCRA tem a possibilidade de titular as terras de Quilombo, tem como fazer o levantamento sobre as terras de quilombos e Fundação Cultural Palmares não tem esta estrutura de técnicos na questão fundiária para fazer este tipo de trabalho.

O Processo de Regulamentação não pode deixar de incluir a questão da raça.

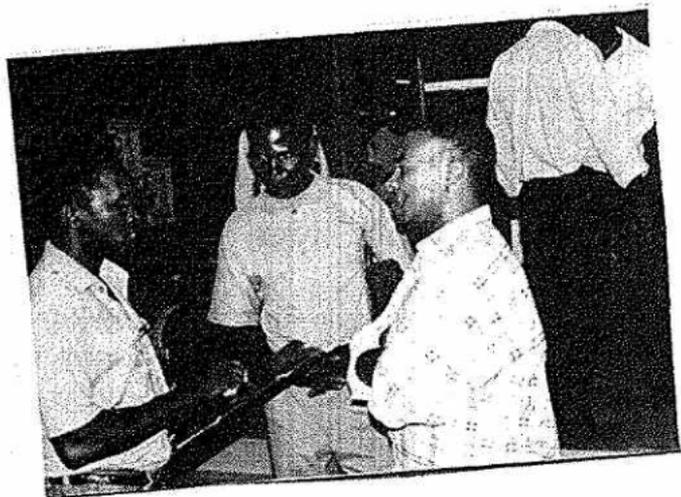
Debatedor: **Valdério Santos Silva-MNU/BA**

Por pressão do movimento negro parlamentares incluíram na constituição federal, Art. 68, mas não houve em contrapartida nenhuma preocupação de adequá-lo para sua aplicação efetiva.

A gente tem que enfrentar a discussão sobre a questão raça neste artigo que será regulamentado sobre pena de sermos inviabilizados enquanto um grupo. Se a gente não inclui neste artigo nenhuma referência ao fato de que quem ocupa estas comunidades são negros a gente vai estar ao mesmo tempo dizendo que estas comunidades são tratadas de forma democrática. Quando a realidade é outra. O negro é tratado enquanto negro. Pessoas consideradas pelos brancos como inferiores.

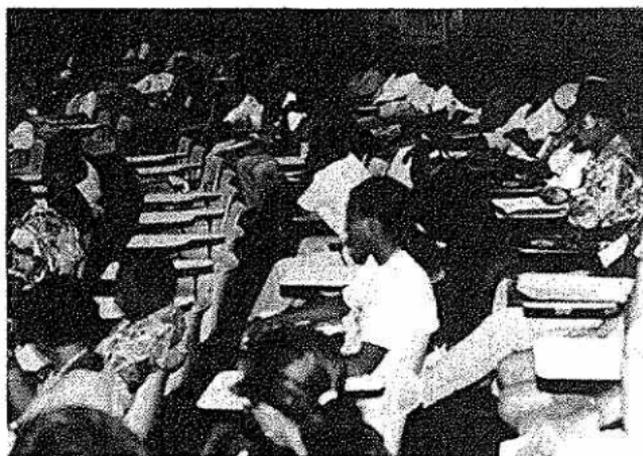
Outro problema levantado pelo Dr. Aurélio diz respeito a existência de um número muito grande de comunidades negras no meio rural que não tiveram seus direitos reconhecidos. Eu discordo que esta seja uma motivação que vá colocar obstáculos para viabilidade do reconhecimento.

Eu fico feliz que o pessoal de Oriximiná tenha seus direitos reconhecidos no dia 24. Mas, eu quero que todas as comunidades que estão aqui e as milhares que não estão também sejam reconhecidas. Porque o Incra não toma esta mesma atitude com os demais, ele tem instrumentos para isto. Tem tanto que no caso de Rio dos Rãs por exemplo houve até uma desapropriação de toda fazenda.



Debatedor: Lúcia Andrade - Comissão Pró Índio/SP

A titulação de Boa Vista, confirma que o Art. 68 é auto aplicável, o título pode ser coletivo. No início o INCRA queria a divisão em lotes e a comunidade não aceitou. A Associação de Quilombo de Boa Vista que via receber o título.



Iêddo Ferreira/MNU

Boa Vista abre um precedente que deve ser utilizado por todos. O que precisa é vontade política para titularmos todas terras dos descendentes de africanos no Brasil.

Gilberto Leal - Niger Ogan/BA

Não deve haver limites na aplicação do artigo como defende o Dr. Aurélio.

As terras das comunidades negras precisam pertencer a elas pelas suas necessidades históricas. E não pelas limitações dos pesquisadores.

Henrique - Jamary/MA

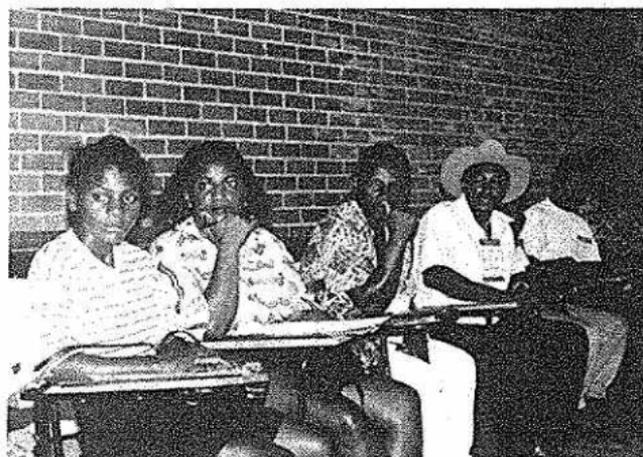
Nós temos área que está em julgamento. A terra lá é dos netos de Jamary, é só da geração de pretos.

Ouvimos as dificuldades colocadas mas, queremos uma resposta. Não queremos enfrentar mais pressão, espancamento de negros até a morte.

José Ribamar Ferreira Morais - Pitorá dos Pretos/MA

Que a gente quer é a desapropriação, que nos tamos com cinco anos de luta.

Já perdemos companheiros e esta não é a primeira vez que a gente faz esta cobrança.



18/11 às 9:00h

TEMA: RESISTÊNCIA NAS TERRAS DAS COMU- DADES NEGRAS RURAIS

Coordenação: Gilberto Leal
Niger Ogan/BA

Paulina Sousa Rodrigues (Rio das Rãs - BA)

Somos remanescentes de quilombos, filhos de escravos fugidos e com a presença dos fazendeiros dificultou toda a área provocando todo o desmatamento. Antes dos fazendeiros já estávamos na terra e não aceitamos a nossa saída, resistimos e iremos continuar na luta.

Temos algumas criações como: porco, ovelha, cabra, etc.

Simplicio Arcanjo (Rio das Rãs - BA)

Reivindicamos o direito da nossa terra, através da nossa luta. O governo tem uma grande falha pois o documento fundamen-

tal quem tem são eles e ficam nos colocando. Sabe da nossa situação, da nossas reivindicação de aposentadoria, títulos definitivos, técnicos para desenvolver atividades agrícolas precisamos, financiamento para o pequeno e médio produtor, enfim queremos o nosso direito como cidadão.

Rosalino Cesário de Torres (Kalunga - GO)

Solicitamos apoio as nossa necessidades, somos descendentes de quilombos e convivemos a mais de 200 anos, foi demarcada uma área de 202 mil hectares de terra, onde convive cerca de 6.000 pessoas. Queremos uma documentação legítima, o governo não sabe para quem realmente dar as documentações da terra, se é para um ou para outro, mas nós queremos o afastamento dos fazendeiros a educação na nossa região não tem.

Existem pessoas de fora dentro da nossa comunidade, como entraram não sabemos. Os fazendeiros, não plantam e nem fazem uso da terra, e nós que precisamos. Na época da política os políticos sabem que lá existem eleitores.

Manoel Morena (Kalunga - GO)

Queremos o afastamento dos fazendeiros e o título coletivo, temos toda a documentação da terra e não sabemos como os grileiros conseguiram entrar na nossa região.

Procopia dos Santos Rosa (Kalunga - GO)

Queremos todo o afastamento dos fazendeiros porque nos outros tempos não tinha fazendeiro, a mais de 200 anos que estamos no nosso lugar. Precisamos de postos de saúde, escolas.



Leoneida Francisco maia (Kalunga - GO)

Assim como os fazendeiros merecem, nós que já estávamos no lugar a muito tempo, merecemos muito mais ainda, não sabemos nem de onde eles vieram. Precisamos trabalhar, muitas vezes as crianças quando vão a escola e chegam em casa, muita das vezes não tem o que comer, e isso é muito triste para todos nós.

Manoel Coelho (Frechal/ MA)

Nós temos uma luta desde 1974, já passamos várias coisas que nem os animais merecem passar. Nós nos organizamos e em 1985 formamos uma associação de moradores, erramos muito perseguidos, que chegou até ter policiais na área para nos tirar do local, derrubando casa e plantações, hoje em dia a nossa situação é precária. Tivemos que procurar igrejas, entidades de apoio e órgãos competentes para nos apoiar. Os governistas só nos conhecem quando está na época da eleição, precisamos mudar a posição deste governo, temos que ter resistência e

levar a coisa com garra. Frechal hoje está resistindo para poderemos garantir nossa terra.

Em 1994, ocupamos a sede do IBAMA e levamos 18(dezoito) dias para resolver o nosso problema. Os grileiros queriam tomar a nossa terra. Revertemos esse quadro, eles querem a gente como instrumen-

to. O IBAMA deu uma definição de posse provisória e definição está com a nossa Associação de Moradores do Quilombo Frechal.

Adão Pereira Nunes (Rio das Rãs - BA)

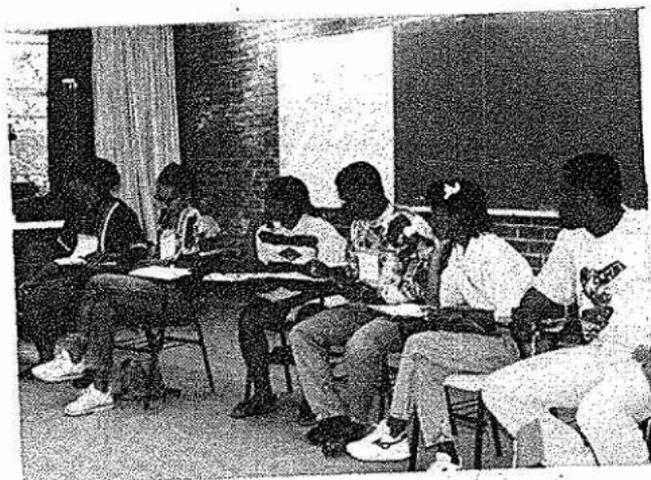
Nós enfrentamos a luta desde 1984 e procuramos os nossos direitos. Temos um marco na nossa comunidade que são pessoas que vivem lá a muito tempo e sabem que somos donos da terra.

Eduardo Pereira dos Santos (STR - Bom Jesus da Lapa - BA)

A nossa preocupação é muito grande sobre a documentação da terra. Uma mulher para se aposentar tem que ter no mínimo 56 (cinquenta e seis anos) e para se aposentar é muito difícil, eles querem o título da terra que o governo não dá.

Bolinho (Comunidade de São Benedito - MS)

A nossa comunidade foi fundada por uma ex-escrava Ana Maria de Jesus (Eva), ela fez.



Ela adquiriu 08 (oito) hectares de terra e registrou no município de Campo Grande por volta de 1912. Na comunidade de São Benedito, temos 31 (trinta e uma) famílias. O nosso povo briga pela terra essa que pertence a nossa comunidade deixada pela Tia Eva.

Hoje temos alguns convênios com a Universidade, e o que mais queremos é que implante uma escola na nossa comunidade

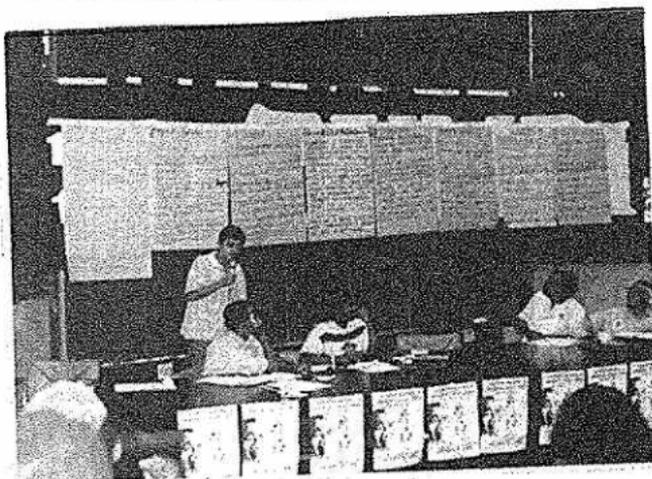
Hilta Costa Araújo (Lajes dos Negros -BA)

Nossa comunidade foi fundada por volta de 1830 a 1840 por um escravo que se chamava Luiz, ele era mais ou menos livre, mas precisava dos trabalhar para os fazendeiros para poder sobreviver.

Quando Luiz começou a construir sua família e no momento que ela já estava muito grande, o fazendeiro falou a ele que não daria mais para morar no local. Luiz muito preocupado com sua família procurou junto a outros companheiros comprar umas terras. Hoje em dia não conseguimos viver em paz na terra pois alguns acham em vender a terra tentando achar outros meios, mas às vezes não conseguem.

Terezinha Maria de Aguiar (Bananal/Rio das Contas - BA)

Fizeram uma barragem e ficamos todos prejudicados, a nossa comunidade perdeu a posse da terra, a empresa tomou toda a nossa documentação os nossos pais não conheciam os nossos direitos e não tiveram orientação sobre a documentação que nos favorecia. Hoje vivemos



como parceiros somos em torno de 55 famílias com cerca de 300 pessoas em Bananal.

Tem algumas comunidades vizinhas que têm algumas coisas, mas nós não temos nada. Temos uma faixa de 80 crianças não temos escolas, a 8 Km tem uma comunidade que tem energia elétrica e elas deram várias voltas para não passar energia pela nossa comunidade.

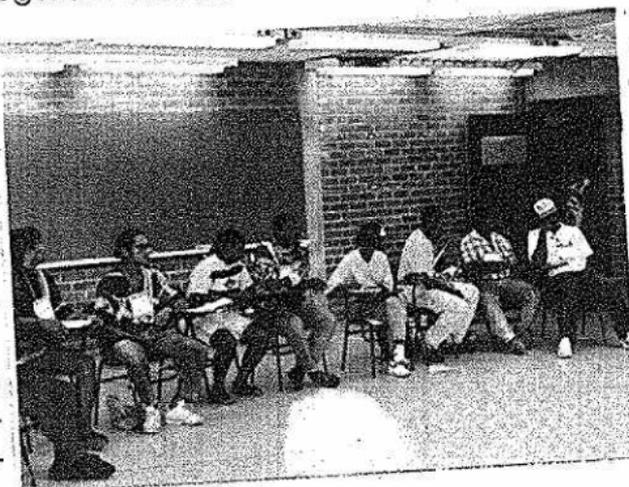
Milton (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - São Felix - BA)

Tivemos um conflito de terra muito duro, quiseram até torturar e me bateram, mas reagimos e fomos atrás dos nossos direitos. Temos 5.600 hectares de terra e queremos que o própria o INCRA faça uma visita a nossa comunidade para realmente ver nossos direitos.

Andreino Antônio Mendes (Conceição das Crioulas - Salgueiro - PE)

A nossa comunidade foi fundada por seis negro ainda na época da escravidão. Por volta de 1870 eles conseguiram a terra e a documentação. Os grileiros chegaram e tomaram a metade das terras, quando eles viram que estavam nos organizando eles deram sumiço no documento por volta de 1971.

Conceição das Crioulas conseguiu conquistar um Posto de Saúde e uma Escola de 5ª a 8ª Série.



dato de desapropriação. A nossa comunidade só sabe dizer que até hoje continuamos na luta, e não aceitamos a nossa desapropriação. O nosso objetivo é chegar a uma denominação, pois a nossa classe é negra e é a menos favorecida.

Nilton Ferreira da Silva (Furnas do Dionício - MS)

A nossa Associação de Moradores foi fundada em 1989 por mim e na época nossa presidente era uma mulher branca. Hoje sou eu o presidente negro. Temos energia elétrica,

apicultura onde produzimos o mel, posto telefônico conseguimos também um trator, uma escola.

Valdivino Alves Moreira (Pau D'Árco - MA)

Uma comunidade vizinha construída por filhos e netos que esqueceram seus pais e ficaram voltados ao patrão, perdeu todo o documento das terras, e a justiça ainda não tomou as devidas providências. A justiça fala que é difícil, mas acreditamos que não, a justiça tem grande poder para dar uma documentação legal sobre a nossa terra.

Raimundo Souza (Jamary dos Pretos - Turiaçu - MA)

Há 12 anos vivemos uma luta acompanhando a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Certo dia chegou um pacote de documento na minha casa para a desapropriação da terra de nossa comunidade no prazo de 15 dias, Reunimos e decidimos ficar mais um pouco para o segundo man-

Justo Evangelista Conceição (Itapecuru Mirim - MA)

No Maranhão temos um companheiro que está alojado no Sítio Pirapora que foi maltratado, ele pertence a uma comunidade de Tutóia, teve uns pistoleiros que levaram ele para o mato e o espancaram todo, assim ficando o companheiro impossibilitado de trabalhar.

Ester (Kalunga - GO)

Quando era criança conheci a minha terra criando gado, depois de 1970 para cá os grileiros tomaram toda a terra e a nossa comunidade ficou quase sem nada. O que queremos é o título definitivo da terra, tem os fazendeiros que jogam capim na terra para os seus gados e a gente fica impossibilitado de trabalhar na pouca terra que nos restou.

José de Ribamar (Pitoró dos Pretos - MA)

Há 4 anos de luta já perdemos vários companheiros. Eu já fui quase morto, mas continuamos na luta e hoje temos que falar e reivindicar os nossos direitos. O processo da nossa área já esteve em cima da mesa do presidente do INCRA/Nacional e nada fez para desapropriar a nossa terra. Os trabalhadores só são conhecidos na época das eleições, devemos conhecer e confiar na nossa classe, na nossa luta na comunidade em que vivemos. Temos muitas crianças que nem conhecem o 1º grau. Isso se dá por conta dos políticos que só aparecem na época que vão se eleger. Queremos que a justiça seja breve e que tenhamos uma educação para nossos filhos e até nós mesmos adultos precisamos de uma escolaridade.

Acreditamos que também somos cidadãos brasileiros, queremos os nossos títulos de terra que nos pertence por direito, queremos trabalhar e dar dignidade aos nossos filhos.

Getúlia Moreira da Silva (Kalunga - GO)

Não estamos encontrando o direito de recebermos a terra de herança do meu tataravô, bisavô e hoje os netos do meu avô não estão encontrando o direito de trabalhar na terra.

A fazendeira não aceita que os próprios dono da terra trabalhe para seu próprio sustento.

Oswaldo Alves de Santana (Niger-Okan - BA)

Todas as comunidade estão parabenizadas por participarem do 1º Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, sabemos que toda essa história que está sendo relatada é o melhor e mais verdadeiro documento que possamos ter, ela mostra a resistência e a luta do povo negro na zona rural.

Procopia dos Santos Rosa (Kalunga - GO)

Existem certas pessoas que vão a nossa comunidade obter informações (pesquisas) e depois não são capazes de nos ajudar no momento que precisamos. Vão em nossas casas, tratamos bem e o que ganhamos com isso, quase nada ou melhor, nada mesmo.

Ka-Dú (MNU - RJ)

Tive oportunidade de conhecer um livro que relata a história de D. Procopia, gostaria de dizer que a mesma tem direitos autorais sobre o livro, o povo que forneceu as informações não são contemplados com isso.

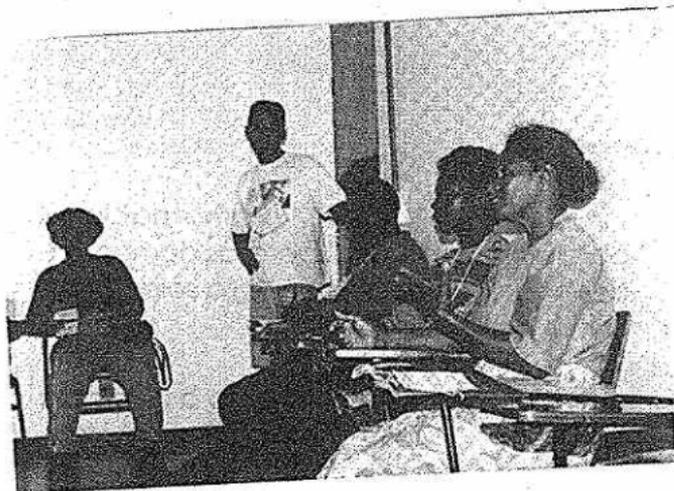
Juarez Antônio (Kalunga - GO)

Nos estamos sentindo falta de companheiros na nossa terra que vão embora por causa dos grileiros. Pedimos que a Justiça resolva a situação de qualquer maneira.

Claro Costa (Saco das Almas Brejo - MA)

Tenho 64 anos, fui criado em Saco das Almas. Estamos numa luta cansativa com derramamento de sangue.

Perdi mãe, parentes e amigos. Tudo atacado pelos grileiros. Eu peço que o Presidente da República olhe para o Saco das almas, para todo o Brasil, para todo negro sofredor. Porque foram os negros que fizeram e construíram este Brasil.



18/11 as 14:00 h

TEMA: EXPERIÊNCIAS DE EXPLORAÇÃO NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS GRUPOS DE TRABALHO

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO" AGRÍCOLA

PROPOSTAS

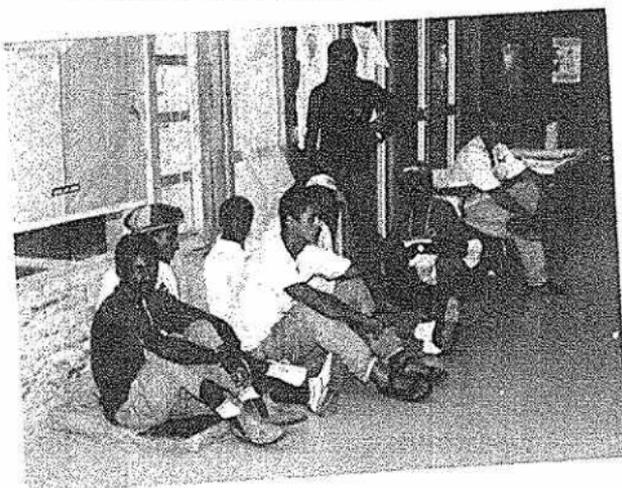
- abertura da linha de crédito especial, através do Banco do Brasil, para o financiamento da produção agropecuária das comunidades negras.
- que o Ministério da Agricultura responsabilize-se em prestar assistência técnica em pecuária, agricultura, piscicultura, apicultura e horti-frutigrangeiros.
- que o Programa de Desenvolvimento de Energia Alternativa (PRODEN) seja estendido para as comunidades negras não contempladas neste programa.
- criação de um pro-



grama nacional de eletrificação rural para as comunidades negras, incluindo energia solar e mini usinas hidráulicas.

- que o programa de fomento a pecuária do INCRA seja estendido às comunidades negras rurais.

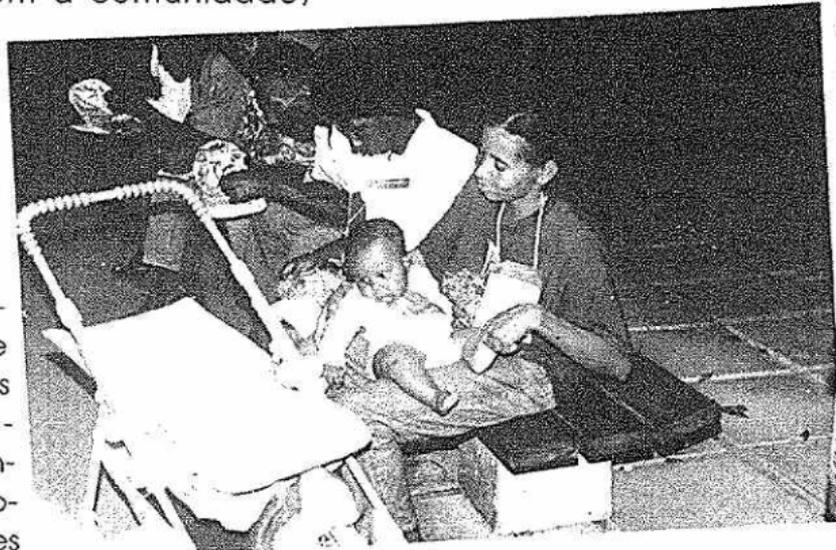
- que o Governo Federal acompanhe o repasse de verbas para os municípios destinadas à agricultura, exigindo, onde não haja, a criação de secretarias municipais de agricultura e promoção social.
- que o CONAB repasse para as comunidades, através dos órgãos competentes, sementes para plantio.



- que sejam criadas escolas agrícolas de pequeno porte nas áreas de concentração das comunidades negras rurais.
- que o Governo Federal crie programas de produção, através de cursos de curta duração ministrados pela EMBRAPA, DATRER, Faculdade de Agronomia das universidades federais.
- que as Faculdades de Agronomia e Veterinária das Universidades Federais, coloquem estagiários das comunidades negras rurais.
- que sejam realizadas perfurações de poços artesanais nas áreas das comunidades negras carentes de abastecimento de água potável.
- que as Secretarias de Agriculturas Estaduais criem departamento de agricultura familiar.

Meio ambiente Propostas

- Reivindicamos a ação enérgica do IBA-MA contra fazendeiros, mineradores, garimpeiros e madeireiros que destroem o meio ambiente das comunidades negras.
- A implantação de grandes projetos (como hidrelétricas e mineração) em terras quilombola deve estar sujeitos aos interesses da comunidade.
A comunidade Kalunga reivindica que o governo cancele a instalação das hidrelétricas de Foz do Bezerra e Boa Vista, que se construídas inundarão suas terras.
- Desenvolvimento de planos de manejo pelos órgãos governamentais, em comum acordo com a comunidade, aproveitando as experiências de preservação da mesma.
- Desenvolvimento de programas de educação ambiental nas escolas (existentes e futuras) priorizando os alunos do 1º grau.
- Programa de reflorestamento (com vegetação nativa e árvores frutífera nas áreas Quilombolas degradadas com a participação das comunidades.



Educação

PROPOSTAS:

- Reivindicamos que o governo federal implemente um programa de educação 1º e 2º graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais, com elaboração de material didático e a formação e aperfeiçoamento de professores.
- Extensão do programa que garante o salário base nacional de educação para os professores leigos das comunidades negras. Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras.
- Ampliação de número de escolas, nas comunidades para atender todos os moradores.
- Implementação nas escolas já existentes de programas de treinamento e reciclagem dos professores adaptados à realidade das comunidades negras rurais.
- Que os professores com origem nas comunidades, tenham prioridades nos processos de seleção para as escolas.

Mulher Negra

Devido as denúncias de que as mulheres negras que trabalham como diaristas nas fazendas recebem salários inferiores aos dos homens, solicita-se que o Ministério do Trabalho apure a situação e tome as devidas providências.

19/11 as 8:00 h

**TEMA: EXPERIÊNCIAS
NAS COMUNIDADES
GRUPOS DE TRABALHO**

Saúde Propostas:

- a Fundação Nacional de Saúde implemente um programa junto às comunidades visando a erradicação de doenças com sarampo, tétano, febre amarela e outras mais.
- o Governo Federal fiscalize o repasse das verbas de saúde/SUS que tem se mostrando falho, com o sistemático atraso no repasse do pagamento dos agentes de saúde.
- que os programas de saúde desenvolvidos na comunidade considerem a experiência dos remédios caseiros dos quilombos.
- implementação de serviço de tratamento da água nas comunidades.
- abertura de posto de saúde nas comunidades, algumas pessoas chegam a caminhar 90 km para serem atendidos.
- Aumento de número de agentes de saúde.
- Incentiva a formação de hortas medicinais nas comunidades com plantas conhecidas pelos moradores.

Cultura e Religião

Que o estado respeite as manifestações da religião e cultura negra brasileira reconhecendo com isso a sua importância na história do país, combatendo preconceito com que tem sido tratadas essas atividades pela sociedade.

Criança e Adolescente

- Fiscalização das áreas como garimpos, onde é grande a exploração de adolescentes em subempregos.

- Construção de creches nas comunidades.



19/11 às 17:00 h

TEMA:
CONSCIÊNCIA NEGRA
COORDENAÇÃO:
Valdina Oliveira Pinto/PA
Terreiro Tanuir Juncara/BA

Nilton F. da Silva (Furnas Dionísio/MS)

Nos gostaríamos que todas comunidades se unissem. Temos que nos organizar e buscar o poder político.

Hilta Costa Araújo (Lages dos Negros/BA)

A gente dava pouca importância em saber algo a mais sobre a nossa história. Agora, já temos mais um pouco de consciência depois de participar nesses movimentos e eventos.

Edson L. Cardoso (MNU/DF)

De todos os lugares surgem uma consciência negra, e é uma forma de consciência negra que sabe que para alterar as condições de vida do negro no Brasil é preciso o exercício do poder.

É um poder que vamos ter que construir. Por que é nós que vamos alterar a nossa realidade.

E o movimento negro tem participação nesse surgimento da consciência negra pois realizou uma profunda transformação cultural alterando as formas de viver do cotidiano do negro. Essa revolução não alterou nossa realidade material.

Quero descartar qualquer tipo de avaliação da realidade brasileira que não tenha como prioridade as relações raciais.

Temos Palmares como a 1ª manifestação de oposição e da afirmação da nossa dignidade enquanto povo negro e da nossa liberdade.

As comunidades afirmam que são quilombos contemporâneos porque estão se organizando em quilombos para defesa de suas terras.

Temos que definir quilombo de uma forma que interessa a nós, não podemos reduzir quilombo a uma nomenclatura acadêmica.

Os nossos projetos, as ações unificadas elas não alteram apenas as relações, alteram a vida dos negros.

O Brasil pode ser diferente a partir de nós, eu acho que essa é a mensagem desse I Encontro e com certeza outros irão acontecer a partir do contato com outras comunidades.



RELAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS E ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS.

BAHIA

Rio das Rãs/Bom Jesus da Lapa
 Barra do Brumado/Rio das Contas
 Bananal/Rio das Contas
 Fazenda Pilar/São Felix
 Lages dos Negros/Formoso
 Parateca/Malhadas
 Movimento Negro Unificado da Bahia
 NIGER-OKAN/Organização Negra da Bahia
 Sindi. dos Trab. Rurais de Bom Jesus da Lapa
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felix

DISTRITO FEDERAL:

Movimento Negro Unificado
 Instituto Sócio-Ambiental
 Coletiva de Mulheres Negras
 Comissão Pastoral da Terra - Nacional

GOIÁS:

Kalunga/Cavalcante
 Kalunga/Monte Alegre
 Kalunga/Terezina de Goiás
 Movimento Negro Unificado

MATO GROSSO DO SUL:

Furnas do Dionísio
 Furnas da Boa Sorte/Coquinho
 São Benedito/Campo Grande
 Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi - TEZ
 Conselho da Comunidade Negra
 Grupo Hip-Hop

MINAS GERAIS:

Movimento Negro Unificado

MARANHÃO:

Frecha/Mirinza
 Jamarj/Turiação
 Entre Rios/Cururupu

Só assim/Alcântara
 Santo Antônio/Penalva
 Pitoró dos Pretos/Codó
 Tingidor/Itapecuru-Mirim
 Santa Joana/Itapecuru-Mirim
 Santa Maria dos Pinheiros/Itapecuru-Mirim
 Guaraciaba/Bacabal
 Saco das Almas/Brejo
 Santa Cruz/Buriti de Inácia Vaz
 Cond. Est. dos Quilombos Maranhenses
 Centro de Cultura Negra do Maranhão
 Soc. Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos/Projeto Vida de Negro
 Sindi. dos Trab. Rurais de Itapecuru-Mirim
 Sindi. dos Trabalhadores Rurais de Turiação
 Sindi. dos Trabalhadores Rurais de Mirinzal
 Sindi. dos Trabalhadores Rurais de Brejo

PERNAMBUCO:

Conceição das Crioulas/Salgueiro
 Centro Luiz Freire/Recife

RIO DE JANEIRO:

Campinho da Independência/Paraty
 Movimento Negro Unificado
 Centro de Articulação das Populações Marginalizadas - CEAP

OUTROS CONVIDADOS:

Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-DF
 Procuradoria Geral da República - DF
 Deputado Estadual Ben Hur - MS
 Vereadora da Comunidade de Kalunga (Sra. Ester) - GO
 Valdina Oliveira - Terreiro Tanuir Juncara-BA
 Comissão Pró-Índio de São Paulo

PROMOTORES DO ENCONTRO: CCN-MA, MINU, TEZ-MS, Rio das Rãs-BA, Furna da Boa Sorte-MS, Furna do Dionísio-MS, Kalunga-GO e Frechal/MA

APOIO: CESE-BA, MISEREOR, Governo do Distrito Federal, Universidade de Brasília-UNB e DEFER

ANEXOS:

- 01 - Programação do 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais (folder)

- 02 - Informativo sobre o 1º Encontro Nacional.

- 03 - Cópia do documento do 1º Encontro Nacional, que foi entregue ao Presidente da República Dr. Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de novembro de 1995.

- 04 - Decreto do Presidente da República, criando, no dia 20/11/95, Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra do Brasil

COMISSÃO ORGANIZADORA

Centro de Cultura Negra do Maranhão, Movimento Negro Unificado, Grupo ~~TUBAMA~~ TUBAMA, Grupo Cultural Coisa de Nêgo/PI, Comunidades de: Flechal/MA, Rio das Rãs/BA, Oriximiná/PA, Furnas do Dionizio/MS, Furnas de Boa Sorte/MS, Mimbó/PI, APN's, Comissão Pastoral da Terra e Campinho da Independência/RJ.

Endereço:

Setor Comercial Sul, Ed. Goiás, Sala 415 - CEP 70347-900 - Brasília-DF - Caixa Postal 4222 - CEP 70919-970 - Fone: (061)323-7326 - Secretaria Nacional

APOIO:

CESE

Misereor

Governo do Distrito Federal

Secretaria do Governo

Universidade de Brasília

Senadora Benedita da Silva - PT/RJ

Deputado Domingos Dutra - PT/MA

Defer

TERRA, PRODUÇÃO E
CIDADANIA PARA OS
QUILOMBOLAS



1º Encontro
Nacional de
Comunidades Negras Rurais

17 a 19 de Novembro de 1995

Brasília/DF

Terra, Produção e Cidadania Para os Quilombolas

No Período de 17 a 20 de novembro/95, será realizada em Brasília-DF, o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais - (Quilombos), que terá como tema central, "300 anos de Zumbi: Terra, Produção e a Cidadania para os quilombolas".

Neste ano que se comemora a nível nacional a celebração dos 300 anos da imortalidade de Zumbi, Líder maior do Quilombo dos Palmares e o grande herói da história Afro-brasileira, a existência e os direitos de centenas de comunidades negras descendentes dos quilombos, localizadas nas mais diversas regiões do país, continuam sendo negados. Apesar de ter garantido o seu reconhecimento na Constituição Federal, através do Art. 68 das Disposições Transitórias até hoje nenhuma comunidade negra rural quilombola recebeu o título definitivo de propriedade de suas terras, onde vivem a séculos. Ao realizarmos este I Encontro estamos dando mais um passo no sentido de nossa organização e de exigirmos que, de fato, se cumpra a lei.

Programação

Dia 17/11 - Faculdade de Tecnologia - Campus Universitário - UNB - Auditório

09:00 hs - Café da Manhã - Estádio Mané Garrincha
12:00 hs - Almoço
14:30 hs - Abertura - Coordenação Nacional - Centro de Cultura Negra do Maranhão, Movimento Negro Unificado, Grupo Tez/MS, Coisa de Negro/PI, Comunidades de: Flechal/MA, Rio das Rãs/BA, Oriximiná/PA, Furnas do Dionizio/MS e Furnas de Boa Sorte/MS, Kalunga/GO e Mimbó/PI.
Apresentação das Delegações
16:30 hs - Lanche
17:00 hs - Debate sobre legalização das terras de Quilombos

Convidados

- INCRA NACIONAL - Sr. Francisco Grazziano
- Associação Brasileira de Antropologia
- Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhense
- Procuradoria Geral da República

Debatedores

- Comunidade de Oriximiná/PA
 - Movimento Negro Unificado - Valdêlio Santos da Silva
 - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - Projeto Vida de Negro
 - Comissão Pró-Índio/SP
- Plenária - 30 minutos
Coordenação - Grupo Tez
20:00 hs - Jantar

Dia 18/11 - Faculdade de Saúde - Campus Universitário - UNB - Auditório

07:00 hs as 08:00 hs - Café da Manhã
08:30 hs - Animação
08:45 hs - Debate sobre Resistência nas Terras das Comunidades Negras Rurais
Experiência relatadas das Comunidades de:
• Flechal/MA
• Rio das Rãs/BA
• Oriximiná/PA
• Kalunga/GO
• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa
10:00 hs - Debate
• Coordenação: Grupo Cultural Coisa de Negro

12:00 hs - Almoço
14:30 hs - Animação
14:45 hs - Experiências de Exploração nas Terras das Comunidades (Trabalhos em Grupo)
Grupo 1 - Produção Agrícola
Grupo 2 - Comercialização Agrícola
Grupo 3 - Linhas de Crédito Rural
Grupo 4 - Assistência Técnica (através de órgãos governamentais, instituições e movimentos sociais)
Grupo 5 - Preservação do Meio Ambiente
17:30 hs - Intervalo
18:00 hs - Jantar
19:00 hs - Animação
19:15 hs - Plenária

Dia 19/11 - Faculdade de Saúde - Campus Universitário - UNB - Auditório

07:00 hs as 08:00 hs - Café da Manhã
08:30 hs - Animação
08:45 hs - Debate sobre experiência nas Comunidades (Trabalho em Grupo)
Grupo 1 - Cultura Negra
Grupo 2 - O Negro e Religião
Grupo 3 - Saúde
Grupo 4 - Educação
Grupo 5 - Criança/Adolescente
Grupo 6 - Mulher Negra
11:30 hs - Intervalo
12:00 hs - Almoço
14:00 hs - Animação
14:15 hs - Plenária
16:30 hs - Lanche
16:45 hs - Debate sobre Consciência Negra

Convidados

- Movimento Negro Unificado - Edson Car...
 - Comunidade de Mimbó/PI
 - Comunidade de Furnas do Dionizio/MS
- Plenária - 45 minutos
Coordenação: Centro de Cultura Negra do Maranhão
19:00 hs - Jantar
20:00 hs - Plenária com leitura das propostas aprovadas e Documento a ser entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso
20:30 hs - Encerramento
22:00 hs - Festa das Comunidades



Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais

Informativo da Coordenação Organizadora Nº 01/95

TERRA, PRODUÇÃO E CIDADANIA PARA OS QUILOMBOLAS

Elas são muitas. Espalhadas por todo país, as Comunidades Negras Rurais deram continuidade a história de resistência de Zumbi dos Palmares. Mesmo ocupando as terras que herdaram de seus antepassados há mais de 200 anos, o Estado e a sociedade se recusam a reconhecer o direito de propriedade do povo negro.

Para se manterem vivas as Comunidades Negras Rurais têm que vencer o isolamento do mato, a fome, seca, enchentes, falta de crédito para plantar, falta de escola, saúde, estradas, as invasões de grilheiros, barragens, mineradoras. Enfim, toda sorte de obstáculos da política racista vigente no Brasil.

Estas comunidades por força de identidade étnica se organizaram no campo de forma particular. Mantem uma relação harmoniosa com a natureza, formas coletivas de produção. A preservação da cultura e religião negra são também características marcantes entre os negros no meio rural.



300 ANOS DE ZUMBI

Para trocar experiências, juntar forças, energias e buscar soluções para os problemas, as comunidades negras rurais estão caminhando rumo ao I Encontro Nacional.

O evento será o primeiro da história do país e se constitui numa homenagem digna aos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Esse Encontro é também muito importante porque irá marcar toda uma luta iniciada há mais de 10 anos no Maranhão, Pará, Bahia, Goiás, Piauí, São Paulo e outros estados para afirmar que a problemática negra no meio rural é um assunto que interessa a todos. Especialmente agora que estamos confirmando que Zumbi é nosso verda-

deiro herói. E muitas vitórias já foram alcançadas. Não é por outra razão que estão discutindo o assunto no Congresso Nacional.

A proposta do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais tem sido discutida desde 1993, nos encontros e seminários das comunidades negras rurais, movimento negro e entidades de apoio. A realização do Encontro foi aprovada diante o I Seminário de Negro do Sertão da Bahia, I Seminário do Negro do Sertão de Pernambuco, I Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombo e IV Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

**I ENCONTRO NACIONAL
DAS COMUNIDADES
NEGRAS RURAIS**

17 a 20 de novembro de
1995 Brasília - DF

**Tema: 300 Anos de Zumbi:
Terra, Produção e Cidada-
nia para os Quilombolas**

Pauta:

**RESISTÊNCIA NAS
TERRAS DAS COMUNI-
DADES NEGRAS RURAIS**

- Defesa das terras
- Legislação

**EXPERIÊNCIAS DE
EXPLORAÇÃO DAS
TERRAS DAS COMUNI-
DADES NEGRAS RURAIS**

- Formas de organização para a produção e comercialização
- Como conseguir dinheiro para os projetos de produção
- Assistência técnica
- Preservação do meio ambiente

EXPERIÊNCIAS DE VIDA

- Cultura Negra
- O Negro e a religião
- Saúde
- Educação
- Crianças e adolescentes

**O QUE É CONSCIÊNCIA
NEGRA?**

**ELABORAÇÃO DO
DOCUMENTO FINAL DO
I ENCONTRO NACIONAL
DE COMUNIDADES
NEGRAS RURAIS A SER
ENTREGUE AO PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA.**

**Os interessados em
participar deste Encontro
entrar em contato com a
Secretaria Executiva
Nacional**

Setor Comercial Sul, Ed.
Goiás, sala 415
Brasília - DF
CEP 70.317-900

Caixa Postal 4422
CEP 70.919-970

Fone: (061) 323-7326
Das 15:00 às 20:00 hs

Negros Lutam Pelo Direito a Terra

Aconteceu em setembro, em Brasília, um Seminário promovido pela Câmara dos Deputados para debater os dois projetos de regulamentação do art. 68 dos ADTC, que prevê a propriedade definitiva das terras para os remanescentes de quilombo. Os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado apresentam várias lacunas que precisam ser superadas para atender de forma positiva as reivindicações das comunidades negras rurais.

Durante os debates Valdério Santos Silva, um dos expositores representando o APB, apresentou várias sugestões com o intuito de discutir com comunidades negras rurais, movimento negro e entidades de apoio para ser observadas na elaboração do texto final dos Projetos de Lei:

a- As Comunidades Remanescentes de Quilombos são populações negras que vivem no meio rural e se auto-identificam como Comunidades Negras, Quilombos, Mucambos, Terra de preto e outras designações correlatas; são um grupo étnico com cultura e história próprias;

b- A reivindicação primeira para a defesa e sobrevivência dos Remanescentes de Quilombos é o reconhecimento legal das áreas, identificadas pelos próprios moradores onde se desenvolveu sua história;

c- As terras a serem reconhecidas,

delimitadas e tituladas incluem áreas de moradia, plantio, criação, pesca, extração, lazer e preservação ambiental;

d- Os títulos de terra a serem emitidos devem ser em nome de toda a Comunidade ou suas representações legais, sem prejuízo de que o uso das áreas se dê de acordo com a experiência consolidada das próprias comunidades;

e- Que seja explicitamente estabelecido que o reconhecimento legal das áreas dos Remanescentes de Quilombos inclui a responsabilidade da União implementar uma política especial voltada para:

- definição de linha de crédito para o financiamento da produção agrícola, pesqueira, extrativista e a produção artesanal, com condições especiais de amortização;

- que sejam elaborados programas de apoio à infraestrutura, nas áreas de eletrificação, construção de estradas vicinais, abastecimento de água, melhoria habitacional, entre outros;

- que sejam implantados programas educacionais para jovens e adultos, com materiais, currículos e calendário escolar adaptados às características culturais das comunidades; e,

- que sejam estendidas para estas comunidades programas regulares de prevenção e assistência à saúde.

"Nós NEGROS temos esperanças. Nossa história é toda feita e marcada por uma quase congênita esperança de que é possível acreditar que a luta pela afirmação da nossa humanidade é mais que uma utopia, é mais que um sonho irrealizável. As Comunidades Negras do Meio Rural que resistiram até hoje são a certeza, a concretude, a visibilidade de que mais que um sonho elas são a própria representação daquilo que de fato queremos, que é, no limite, ser livre, humanamente livre. Por isso dizemos metaforicamente que ZUMBI não morreu. Pois a causa de ZUMBI e de PALMARES tem para nós uma expressão tão real, tão atual, como VIVA. Falar sobre Kalunga, Rio das Rãs, Frexal, Oriximiná, Mucambo, Castanho, Mimbó, Ribeira é falar de PALMARES e dos mesmos anseios e sentimentos que embalsamaram os que resistiram dignamente até a morte. E ser digno, eticamente digno significa despir-se de vaidades mesquinhas para pensar que existem responsáveis no Brasil pela situação limite a que chegou o povo NEGRO. Que tem sentimentos humanitários não deveria dormir em paz sabendo que crianças e velhos morrem de fome no campo por não terem terra para plantar; que pessoas são assinadas por lutarem pelo direito a uma vida digna; que para estas pessoas que estão escoraçadas no campo só existem como opções migrarem para as cidades e viver nas favelas para serem tratadas como "animais".

Como poderão comemorar os 300 ANOS DE ZUMBI e ao mesmo tempo fechar os olhos que ZUMBI somos nós e o que nos interessa agora é justamente o reconhecimento dos direitos que nos são negados?

Nós ouvimos demais, falou-se muito sobre nós NEGROS e muita pouca coisa tem sido efetivamente feito como resposta às nossas indagações e exigências. E tudo tem limite, e este se esgota mais rapidamente do que se pensa."

COORDENAÇÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Comunidades Negras Rurais: Frechal/MA, Rio das Rãs/BA, Oriximiná/PA, Kalunga/GO, Mimbó/PI, Furnas do Dionísio/MS, Conceição das Criolanas/PE, Ivaporunduva/SP, Mucambo/SE, Campinho da Independência/RJ, CCN/MA, MNU, CEDENPA/PA, APN'S, TEZ/MS, Coisa de Nego/PI, SACI/SE, CPT, Comissão Pro Índio/SP.

Brasília, 20 de novembro de 1995

Exmo. Sr.
Fernando Henrique Cardoso
MD Presidente da República

Exmo. Sr. Presidente,

Com este documento, ora encaminhado a V.Ex^a, queremos ser ouvidos. Nunca fomos em toda a história do Brasil. Somos negros e vivemos em comunidades rurais. Descendemos de africanos que escravizados lutaram, fugiram das fazendas, buscaram todas as formas para viver em liberdade e em plena harmonia com a terra e a natureza. Nunca aceitamos que o escravismo retirasse nossa dignidade de ser humano.

A terra que temos hoje foi conquistada por nossos antepassados com muito sacrifício e luta. E passados 107 anos do fim oficial da escravidão, estas terras continuam sem o reconhecimento legal do Estado. Estamos, assim, expostos à sanha criminosa da grilagem dos brancos, que são, na atualidade, os novos senhores de tão triste memória. No papel somos cidadãos. De fato, a escravidão para nós não terminou. E nenhum governante da Colônia, do Império e da República reconheceu nossos direitos.

O direito à terra legalizada é o primeiro passo. Queremos mais. Somos cidadãos e cidadãs e como tais temos direito a tudo que os demais grupos já usufruem na sociedade. Sabemos que a cidadania só será um fato quando nós, nossos filhos e netos tiverem terra legalizada e paz para trabalhar; condições para produzir na terra; um sistema de educação que acabe com o analfabetismo e respeite nossa cultura negra; assistência à saúde e prevenção às doenças e um meio ambiente preservado da ganância dos fazendeiros e grileiros que destroem nossas florestas e rios. Não temos esses direitos assegurados, portanto, não somos reconhecidos como cidadãos!

O I ENCONTRO NACIONAL DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS, o único acontecimento do gênero realizado na história do Brasil, não poderia, neste momento que celebramos os 300 anos da imortalidade de Zumbi de Palmares, deixar de apresentar ao Presidente da República nossas dificuldades para existir enquanto povo e as soluções que competem ao atual governo dar como resposta.

Senhor Presidente o que reivindicamos é muito pouco diante da contribuição que damos para a construção do Brasil.

A seguir, apresentamos nossas principais reivindicações.

1. TERRA PARA OS QUILOMBOLAS

Desde o começo da história do Brasil, negros e índios estão sendo injustiçados. Até hoje, muitas comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas não têm suas terras garantidas.

Para que a história de genocídio contra negros e índios não mais se repita, é preciso que o governo implemente uma política agrária que contemple os anseios e direitos das comunidades negras e indígenas e dos sem-terra.

O Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal garante às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras. Desta forma, é preciso que o governo tome providências urgentes para garantir a emissão dos título de propriedade coletiva às comunidades negras.

Vários processos estão tramitando em órgãos federais e estaduais, mas, até hoje, as terras não foram regularizadas.

Este é o caso, por exemplo, de Frexal (MA), Calunga (GO), Rio das Rãs (BA), Piritoró dos Pretos (MA), Mocambo (SE), Jamari (MA), entre tantas outras.

Muitas comunidades não têm nem mesmo o processo de regularização fundiária iniciado.

Na celebração dos 300 anos de Zumbi de Palmares queremos que todas as comunidades negras deste País tenham seu direito à terra assegurado para que nossa cidadania seja respeitada.

2. APOIO A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Reivindicamos:

- abertura de linha de crédito especial, através do Banco do Brasil, para o financiamento da produção agropecuária das comunidades negras.
- que o Ministério da Agricultura responsabilize-se em prestar assistência técnica em pecuária, agricultura, piscicultura, apicultura e horti-frutigrangeiros.
- que o Programa de Desenvolvimento de Energia Alternativa (PRODEN) seja estendido para as comunidades negras não contempladas neste programa.
- criação de um programa nacional de eletrificação rural para as comunidades negras, incluindo energia solar e mini usinas hidráulicas.
- que o programa de fomento a pecuária do INCRA seja estendido às comunidades negras rurais.
- que o Governo Federal acompanhe o repasse de verbas para os municípios destinadas à agricultura, exigindo, onde não haja, a criação de secretarias municipais de agricultura e promoção social.
- que o CONAB repasse para as comunidades, através dos órgãos competentes, sementes para o plantio.
- que sejam criadas escolas agrícolas de pequeno porte nas áreas de concentração das comunidades negras rurais.
- que o Governo Federal crie programas de produção, através de cursos de curta duração ministrados pela EMBRAPA, DATRER, Faculdade de Agronomia das universidades federais.
- que as Faculdades de Agronomia e Veterinária das Universidades Federais, coloquem estagiários à disposição das comunidades negras rurais.
- que sejam realizadas perfurações de poços artesianos nas áreas das comunidades negras carentes de abastecimento de água potável.

3. MEIO AMBIENTE

Reivindicamos a ação enérgica do IBAMA contra fazendeiros, mineradoras, garimpeiros e madeireiras que destroem o meio ambientes das comunidades negras.

A Comunidade Kalunga reivindica que o governo cancele a instalação das Hidroelétricas de Foz de Bezerra e Boa Vista, que, se construídas inundarão suas terras.

4. SAÚDE

Reivindicamos que:

- a Fundação Nacional de Saúde implemente um programa junto às comunidades visando a erradicação de doenças como sarampo, tétano, febre amarela e outras mais.
- o Governo Federal fiscalize o repasse das verbas de saúde/SUS que tem se mostrado falho, com o sistemático atraso no repasse do pagamento dos agentes de saúde.

5. EDUCAÇÃO

Reivindicamos que o governo federal implemente um programa de educação 1º e 2º graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais, com elaboração de material didático e a formação e aperfeiçoamento de professores.

Extensão do programa que garanta o salário base nacional de educação para os professores leigos das comunidades negras.

Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras.

6. MULHER NEGRA

Devido as denúncias de que as mulheres negras que trabalham como diaristas nas fazendas recebem salários inferiores ao dos homens, solicita-se que o Ministério do Trabalho apure a situação e tome as devidas providências.

Na certeza de que as reivindicações acima colocadas serão devidamente apreciadas e consideradas por V. Exª, subscrevemo-nos,

Respeitosamente,

Comunidade Rio das Rãs (BA) *Simplicio Acacio Rodrigues*

Comunidade Frechal (MA) *Leo Fonseca Silva*

Comunidade Jamarý (MA) *Raimundo Sousa*

Comunidade Kalunga (GO) *Pracópia dos Santos*

Comunidade Conceição das Crioulas (PE) *Gianna Maria da Silva*

Comunidade Furna da Boa Sorte (MS) *Deplazia P. Rosa*

Comunidade Furna do Dionísio (MS) *Nilton Ferreira da Silva*

Comunidade Lages dos Negros (BA) *Hilda Costa Araújo*

Comunidade Campinho da Independência (RJ) *Antônio Brito*

Comunidade Barra do Brumado (BA) *Carlos Fogaça da Silva*

Comunidade Fazenda Pilar (BA) *Wilton Sales de Souza*

Comunidade Parateca (BA) *José de Jesus de Araújo*

Comunidade Pau D'arco (BA) *Valdevino Dias Moreira*

Comunidade Bananal (BA) *Fernando Maria de Aguiar*

Comunidade Entre Rios (MA) *Maria Helena Ribeiro Santos*

Comunidade Sóassim (MA) *Geuza da Santos de São Borges*

Comunidade Santo Antônio (MA) Margarida Nôta Aguiar

Comunidade Pitoró dos Pretos (MA) - José Ribama Ferrreira Mota

Comunidade Tingidor (MA) Justa Evangelista Conceição

Comunidade Guaraçaba (MA) Domítilia Maria S. Santos

Comunidade Saco das Almas (MA) Alvaro Ferreira da Costa

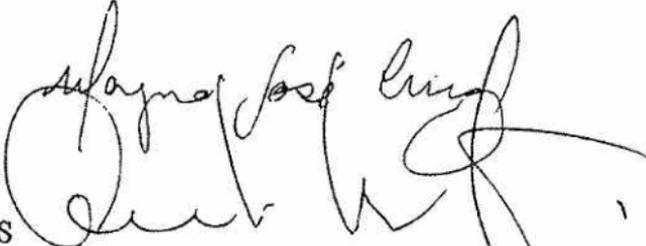
Comunidade Santa Cruz (MA) Paímuda Beu Gas

Comunidade Jamary (MA)

Comunidade Santa Joana (MA) João Carlos do Santo

Comunidade São Benedito (MS) Euridy A Silva

Movimento Negro Unificado Odeia sem Fez

Centro de Cultura Negra do Maranhão - 

Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi/ MS

COMUNIDADE SANTA MARIA DOS PINHEIROS (MA) José Ri Tioco

Grupo Cultural Niger Okâm/ BA

Comissão Pastoral da Terra *Antônio Simas Galvão*

Comissão Pró-Índio de São Paulo *Lúcia M. M. de Andrade*

Endereço para contato:

Secretaria Executiva

scs Ed. Goiás, sala 415 CEP 70.317-900 - Brasília - DF

Telefax : 061-3237326

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995.

Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação da População Negra;

II - elaborar, propor e promover políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da População Negra;

III - estimular e apoiar a elaboração de estudos atualizados sobre a situação da População Negra;

IV - reunir, sistematizar, avaliar e divulgar informações relevantes para o desenvolvimento da População Negra;

V - incentivar e apoiar ações de iniciativa privada que contribuam para o desenvolvimento da População Negra;

VI - estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades, incluídas as do movimento negro, nacionais e internacionais, cujos objetivos e atividades possam trazer contribuições relevantes para as questões da População Negra e seu desenvolvimento;

VII - estimular os diversos sistemas de produção e coleta de informações sobre a População Negra;

VIII - contribuir para a mobilização de novos recursos para programas e ações na criação de mecanismos eficientes e permanentes na defesa contra o racismo e em áreas de interesse da População Negra, a fim de sugerir prioridade para otimizar sua aplicação;

IX - estimular e apoiar iniciativas públicas e privadas que valorizem a presença do negro nos meios de comunicação;

X - examinar a legislação e propor as mudanças necessárias, buscando promover e consolidar a cidadania da População Negra;

XI - estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover a cidadania da População Negra.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será integrado por:

I - oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro;

II - um representante de cada Ministério a seguir indicado:

- a) da Justiça;
- b) da Cultura;
- c) da Educação e do Desporto;
- d) Extraordinário dos Esportes;
- e) do Planejamento e Orçamento;
- f) das Relações Exteriores;
- g) da Saúde;
- h) do Trabalho;

III - um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º O representante do Ministério da Justiça será o Presidente do Grupo de Trabalho, que submeterá os resultados das atividades desenvolvidas pelo colegiado ao exame do respectivo Ministro de Estado.

§ 3º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar outros representantes cuja colaboração seja necessária ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Pública Federal que integram o Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Ministério da Justiça assegurará o apoio técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de NOVEMBRO de 1995; 174º da Independência e 107º da República.



COORDENAÇÃO ORGANIZADORA NACIONAL

**Comunidades Negras rurais: Frechal/MA, Rio das Rãs/BA
Kalunga/GO, Furnas do Dionísio/MS, Furnas da Boa Sorte/MS
Mimbó/PI, CCN/MA, MNU, APN's, TEZ/MS, Coisa de Nêgo/PI, CPT**